



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

RESOLUÇÃO Nº.: 511/2014

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

82ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 07/08/2014

PROCESSO Nº. 1/1765/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 201103947-6

RECORRENTE: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: Sérgio Ricardo A. Sisnando

RELATORA: Conselheira Anneline Magalhães Torres

EMENTA: ICMS – 1. FALTA DE RECOLHIMENTO – ICMS

2. O contribuinte deixou de apresentar a comprovação da entrada dos produtos na Zona Franca de Manaus, contrariando o disposto no art. 698 e 700 do Decreto 24.569/97. Recurso voluntário conhecido e parcialmente provido. **3.** Auto de infração julgado **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, por unanimidade de votos, tendo em vista o resultado do laudo pericial, com as alterações na composição da base de cálculo, consignadas pela decisão do Colegiado, haja vista o entendimento deste Conselho pela consideração da documentação apensa aos autos como prova idônea da internação das mercadorias na Zona Franca de Manaus. **4.** Reformada a decisão de procedência proferida em sede de julgamento monocrático. **5.** Penalidade inserta no art. 123, inciso I, alínea “c” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: *“Falta de recolhimento do ICMS quando não implementadas as condições estabelecidas em operações destinadas em operações destinadas a zona franca de Manaus (isenção condicionada).”*

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o art. 123, inciso I, alínea “c” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

1/5



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

- Ordem de Serviço
- Termo de Intimação
- Cadastro de Contribuintes do ICMS
- Termo de Juntada e cópia do AR
- Termo de Revelia
- Despacho.

O contribuinte apresentou impugnação alegando que todas as operações foram efetivamente destinadas à Zona Franca de Manaus, solicitando a verificação da comprovação por meio de perícia contábil.

O julgamento monocrático que decide pela **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal, tendo em vista que restou configurado que o contribuinte praticou o ilícito tributário em liça, consoante a documentação acostada aos autos pelo agente fazendário, afastando o pedido de perícia solicitado, sob entendimento que a documentação alegada pela empresa não forma apresentadas aos autos.

Por intermédio do Parecer da Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para que confirmada a decisão de parcial procedência proferida em primeira instância.

É o relatório.

VOTO DA RELATORA

Trata-se de recurso voluntário interposto pela **GERDAU AÇOS LONGOS S.A** em face de **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração em tela. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

1. DA PARCIAL PROCEDÊNCIA DA ACUSAÇÃO FISCAL

2/5



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

De início, cabe destacar que o art. 698 do Decreto 24.569/97 reza que as saídas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização na Zona Franca de Manaus são isentas de ICMS, entretanto, faz-se necessária a respectiva comprovação do destino dos produtos.

O caso em questão não merece maiores questionamentos, vez que a legislação é clara e a obrigação de comprovação do destino é condição objetiva para o usufruto do benefício fiscal.

Nestes escopo, o contribuinte, em sede de defesa, argumenta que existem notas fiscais registradas no sistema da Sefaz – SINTEGRA, solicitando a realização de perícia para comprovar a efetividade dessas operações.

Por tais fatos, quando da apreciação da ação fiscal por esta colenda Câmara, em 12/06/2012, mais precisamente no 89ª Sessão Ordinária, restou deliberada a conversão do curso do julgamento pelo colegiado a fim de que fosse averiguado a efetiva entrada dos produtos no estabelecimento do destinatário, considerando os documentos apresentados pelo contribuinte, notadamente, as cópias dos livros registros de entrada das empresas adquirentes.

Após a realização da perícia designada, restou designada nova composição da base de cálculo, reduzindo o montante autuado para R\$ 121.071,81.

Ocorre que, considerando o entendimento deste Conselho pela consideração da documentação apensa aos autos como prova idônea da internação das mercadorias na Zona Franca de Manaus, o resultado do laudo pericial merece reparos, de modo a subsistir apenas as notas fiscais 13.3428 e 14.4056, conforme tabela explicativa às fls. 255 dos autos.

Tecidas estas considerações, observa-se que decisão mais favorável para que a justiça fiscal prepondere, consiste na confirmação da decisão de **PARCIAL PROCEDÊNCIA** proferida em primeira instância, em virtude da redução da base de cálculo do auto de infração.

2. DO VOTO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Todavia, antes de transcrever o demonstrativo do crédito tributário, faz-se necessário consignar que o contribuinte recolheu espontaneamente o montante descrito na consulta de fls. 328 dos autos, extinguindo a cobrança no tocante ao pagamento do imposto; remanescendo, contudo, ainda um numerário resultante de multa e juros incidentes, conforme disposição abaixo.

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dando-lhe provimento em parte, no sentido de decidir pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** do feito fiscal, em função da modificação da base de cálculo.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo	R\$ 54.949,84
ICMS	R\$ 6.594,01
ICMS (pago pelo autuado)	R\$ 6.595,95
Diferença do ICMS pago a maior	R\$ 1,94
Multa	R\$ 6.594,01
Multa (-) pago pelo autuante	R\$ 1.385,14
Diferença da Multa paga a menor	R\$ 5.208,87

É o VOTO.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda


CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

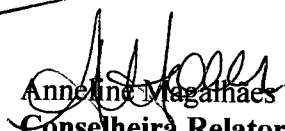
DECISÃO


Vistos, relatados e discutidos os autos em que é recorrente a **GERDAU AÇOS LONGOS LTDA.** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve conhecer do recurso voluntário, dar-lhe parcial provimento, para reformar em parte a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente ação fiscal, com base em laudo pericial, restando no lançamento tributário o ilícito relativo às notas fiscais nºs 13.3428 e 14.4056, fls. 255 dos autos, nos termos do voto da Relatora, conforme manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado, em Sessão. Presente, para apresentação de sustentação oral, o representante legal da autuada, Dr. Schubert de Farias Machado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 08 de 10 de 2014.


Francisca Marta de Sousa
Presidente



Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro


Anneline Magalhães Torres
Conselheira Relatora

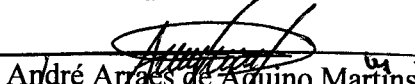

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro

José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Mônica Meneses
Conselheira


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro

Matteus Viana Neto
Procurador do Estado